

AGRICULTURA NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA: produção rural e interpretação dos agentes públicos^{1,2}.

AGRICULTURE IN THE AMAZON NINETEENTH CENTURY: rural production and interpretation of public officials

AGRICULTURA EN LA AMAZONIA OITOCENTISTA: producción rural e interpretación de los agentes públicos

FRANCIVALDO ALVES NUNES

Professor Doutor/Universidade Federal do Pará

Cametá/Pará/Brasil

francivaldonunes@yahoo.com.br

Resumo: As interpretações associadas à prática agrícola na Amazônia brasileira durante o Império, a partir do final da década de 1830, assim como a situação da agricultura, os tipos de plantios e as áreas cultivadas, constituem como objetos de análise deste texto. Para isso recorremos a uma discussão observada em documentos e pronunciamentos oficiais, e que suscitou diversas e diferentes interpretações. O intuito foi construir uma proposição de análise que observava a agricultura para além de fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo, ou ainda das rendas que podia gerar com a comercialização de seus produtos. Procuramos mostrar que a agricultura se constituiu, nestas interpretações, como atividade moralizadora, disciplinadora, capaz de assegurar a constituição de propriedades e povoamento regular, além do que, possibilitaria a implantação de um modo de vida interpretado como civilizado e moderno.

Palavras-chave: Agricultura. Agentes públicos. Amazônia. Século XIX.

Abstract: Interpretations associated with agricultural practice in the Brazilian Amazon during the Empire, from the end of the 1830s, as well as the state of agriculture, the types of crops and cultivated areas, constituted as objects of analysis of this text. For this we turn to a discussion observed in official documents and pronouncements, and raised several different interpretations. Our goal was to build a proposition of analysis that looked agriculture beyond phenomena relating to the production, distribution and consumption, or the rents that could generate with the marketing of their products. We try to show that agriculture constituted, these interpretations as moralizing activity, disciplining, able to ensure the provision of regular properties and settlements, in addition, enable the deployment of a way of life interpreted as civilized and modern.

Keywords: Agriculture. Public Agents. Amazon. XIXth Century.

Resumen: Las interpretaciones asociadas a la práctica agrícola en la Amazonia brasileña durante el Imperio, a partir del final de la década de 1830, así como la situación de la agricultura, los tipos de plantíos y las áreas cultivadas, constituyen como objetos de análisis de este texto. Para esto, buscamos una discusión vista en documentos y pronunciamentos oficiales y que motivó diversos y diferentes fenómenos relativos a la producción, distribución y consumo o mismo de las rentas que podían generar con la comercialización de sus productos. Enseñamos que la agricultura se constituye, en estas interpretaciones, como actividad moralizadora, disciplinante, capaz de asegurar la constitución de propiedades y poblamiento regular, además de que, posibilitaría la implantación de un modo de vida interpretado como civilizado y moderno.

Palabras clave: Agricultura. Agentes públicos. Amazonia. Siglo XIX.

¹ Artigo submetido à avaliação em 02/02/2014 e aprovado para publicação em 25/02/2014.

² Texto resultando de pesquisas desenvolvidas através do projeto “Ocupação de terra, paisagem e produção rural nos Aldeamentos e Colônias Agrícolas do Pará (décadas de 1840-1880)”, financiado pelo CNPq.

Introdução

No primeiro dia do mês de outubro de 1849 o conselheiro Jerônimo Francisco Coelho deixava nos arquivos da administração provincial do Grão-Pará suas impressões teóricas sobre a relação entre produção, comércio e cultivo³. Na posição de presidente da província, em um momento em que as autoridades buscavam encontrar alternativas para desenvolver a economia local, as reflexões do citado conselheiro serviam e serviram de traços orientadores para o desenvolvimento de uma política de atuação governamental em defesa da agricultura, seja esta voltada para o comércio internacional, seja para abastecimento dos núcleos urbanos. Há de se considerar que este era um momento bastante delicado para a província, visto que apenas a pouco mais de uma década o Grão-Pará havia passado pela sua mais sangrenta revolta social, a Cabanagem, deixando mais de 30 mil mortos, além da destruição de grande parte das propriedades rurais da província.⁴

Voltando aos registros do conselheiro Jerônimo Coelho, destacava que a comparação entre a produção e o consumo, entre a importação e exportação, servia de amostragem para se entender a situação da indústria e o comércio de um país e de uma região. No caso da Amazônia, tendo como referência a área correspondente às províncias do Grão-Pará e suas comarcas subordinadas, de onde se desmembrou, em 1850, a província do Amazonas, esta não podia ser pensada de forma diferente quando se tratava de produzir e comercializar. Afirmava que a região que não exportava produtos, ou esta não produzia mercadorias, ou não lhe sobrava à produção, ou o que era produzido não tinha importância em outros países.⁵ Nestas reflexões, duas questões garantiam a prosperidade de um país: produção e tipologia do que era produzido. A produção assegurava a capacidade de negociação na relação entre importação e exportação, pois nesta lógica havia mercadoria suficiente para ser comercializada e o tipo de produto capaz de ser negociado, pois este era requerido no mercado, podendo ser vendido por altos valores. Da combinação dessas condições resultava o aumento das rendas públicas e privadas e a consequente prosperidade do país e da região.

³ *Falla* dirigida pelo conselheiro Jerônimo Francisco Coelho em 1º de outubro de 1849, p. 109.

⁴ RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, jan.-jun, 2007, p. 16.

⁵ *Falla* dirigida pelo conselheiro Jerônimo Francisco Coelho em 1º de outubro de 1849, p. 109.

Os registros dos administradores do Grão-Pará dos últimos anos da década de 1830 a 1850⁶ seguem as considerações do conselheiro Jerônimo Coelho, ou seja, a prosperidade da província estava, quase sempre, sendo medida pelo valor das exportações e aceitação dos produtos no mercado internacional. Fazendo a comparação quanto à entrada e saída de mercadorias nos portos de Belém, “resultava que o Pará exportava anualmente, em termo médio, um valor oficial de 1.245 contos, que sobrava de sua produção, e que importava 1.190 contos, que faltava para consumo”⁷. Considerando esses dados, a província do Grão-Pará era apontada como das regiões do país com situação de comércio regular, uma vez que os volumes das exportações superavam o da aquisição de mercadorias.

Ainda utilizando os dados sobre o comércio era comum à observação simplista dos administradores quanto à prosperidade da região, sendo esta quase sempre associada à soma ou volume das exportações. As técnicas produtivas predominantes no Pará e que diziam respeito ao trabalho nativo e espontâneo, caracterizado pela derrubada e queima da floresta, eram percebidas como sintomas da capacidade de aumento das rendas obtidas com a exportação, uma vez que, por se tratar de uma prática de cultivo considerada rudimentar, esta podia ser superada por um modelo de produção moderno, capaz de aumentar a produção e melhorar a qualidade do que era produzido. A interpretação que se tinha era que as formas de se produzir não criavam as condições necessárias para o pleno aproveitamento do solo. Essa situação que combinava maior exploração dos recursos e a aceitação do que era produzido, posicionavam o Pará em destaque nas relações comerciais estabelecidas pelo governo brasileiro, visto que apontava a Amazônia como uma região potencialmente desenvolvível do ponto de vista do volume da produção e dos gêneros cultivados.

A dependência do cenário externo, como se observa na província do Grão-Pará, é identificada nos estudos de Julio Bentivoglio como política econômica voltada para o maior aproveitamento dos recursos naturais, desde que fossem comercializáveis.⁸ Para este autor, o processo de consolidação do Estado brasileiro realizou-se concomitantemente a um processo de modernização da estrutura administrativa e da implementação de uma política econômica voltada para o desenvolvimento das forças produtivas nas diferentes regiões do país, buscando identificar nestes locais quais os produtos desenvolvidos e selecionando entre eles os que de maior interesse despertava no comércio exportador.

⁶ Citamos aqui a administração do marechal Francisco José de Souza Soares D’Andrea, em 1839, doutor João Antonio de Miranda, em 1840; Doutor Bernardo de Souza Franco, em 1841; coronel José Tomaz Henriques, em 1843; desembargador Manoel Paranhos da Silva Velloso, em 1844.

⁷ *Falla* dirigida pelo conselheiro Jerônimo Francisco Coelho em 1º de outubro de 1849, p. 109..

⁸ BENTIVOGLIO, Julio César. *Os negócios do Império: a política econômica brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860)*. Catalão: São João: UFG – Campus Catalão, 2007, p. 19.

Embora se observasse certo otimismo quanto à capacidade produtiva do Pará, o que se materializaria no aumento da produção, a preocupação dos administradores públicos se voltava para os tipos de produtos que estavam sendo comercializados e que eram responsáveis pelo crescente volume das exportações. Não que os produtos não fossem aceitáveis no processo de comercialização, pelo contrário, a preocupação se dava quanto atividade produtiva, ou seja, eram produtos resultantes das práticas extrativistas. Apontados como produtos nativos, em que o trabalho se limitava ao da coleta, a compreensão dos agentes públicos era que se tratava de formas de produção que não possibilitavam aos homens da região o desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Ainda em 1854, o conselheiro Rego Barros, analisando o comércio de cabotagem no Pará, fazia referência à importância da borracha entre os produtos objetos de exportação na província. Chegava inclusive a dizer que o preço extraordinário do produto e o conseqüente emprego quase que exclusivo dos braços na sua extração e fabrico provocaram a necessidade do Pará receber de outras províncias gêneros de primeiras necessidades, anteriormente produzidos na região e exportados para outras localidades. Esta situação era entendida com extremamente prejudicial à economia da província, pois os lucros proporcionados pela extração e preparo da goma elástica estariam absorvendo e aniquilando as demais produções locais⁹.

Os produtos resultantes da atividade agrícola eram apontados como responsáveis pelo atendimento do consumo local. Esta situação era identificada como resultante do atraso na agricultura da região e que condicionava uma fragilidade na economia do Pará. Esta fragilidade se explicava, pois, grande parte dos produtos comercializados era oriunda da extração, atividade considerada irregular e que sujeitava os homens as condições impostas pela natureza. Dos produtos cultivados na província, o algodão, arroz, cana, mandioca, café, feijão e milho ganhavam destaque. No entanto, segundo o presidente Francisco de Araújo Brusque, estes eram plantados com “indolência, capricho e veleidades do estado selvagem”¹⁰.

Essa percepção de que a prosperidade do comércio na província do Pará estava associada às exportações de produtos naturais foi também compartilhada, alguns anos depois, em 1868, pelo na época presidente Joaquim Raymundo de Lamare. Ele afirmava que o estado atual da agricultura era explicado pela fácil obtenção do sustento por parte da população do Pará, pois as atividades econômicas necessárias para assegurar o regime alimentar dos

⁹ *Falla* do conselheiro Sebastião do Rego Barros em 15 de agosto de 1854, p. 40.

¹⁰ *Relatório* do presidente da província Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de setembro de 1862, p. 35. Embora escrevendo na década de 1860, suas observações estavam baseadas em estatísticas, quanto à produção agrícola, registradas por seus antecessores, como o presidente Rego Barros e Jerônimo Coelho.

habitantes da província prescindia da produção extrativista.¹¹ Jonas Marçal de Queiroz, em estudo sobre colonos, migrantes e imigrantes no Pará, aponta este tipo de posicionamento como característico das falas das autoridades locais.¹² Nesses discursos, o extrativismo era considerado um obstáculo ao progresso agrícola regional, isto porque os administradores, embora reconhecessem a contribuição que a coleta e comercialização de produtos extraídos da floresta traziam principalmente aos cofres públicos, geralmente acreditavam que somente os empreendimentos agrícolas e industriais resultariam em um progresso duradouro para toda a província.

Conforme os produtos extrativistas obtinham maior importância na pauta das exportações, principalmente a borracha, tornava cada vez mais comum nos relatórios presidenciais a reclamação quanto ao abandono da agricultura. Em uma observação menos apurada desses relatórios podia se entender que estava havendo uma corrida rumo aos seringais, por parte dos trabalhadores, fazendo com que a província necessitasse importar gêneros destinados ao seu próprio consumo. Esta questão que relacionava o extrativismo em contraposição à agricultura fez parte, inclusive, de um debate entre estudiosos e pesquisadores locais.

Manuel Barata ao fazer um balanço sobre a produção agrícola do Pará desde o início do período colonial argumentou que o desenvolvimento da agricultura e de outras atividades produtivas estaria condicionado ao abandono do que chamava de “fetichismo da borracha”, numa alusão ao atrativo despertado pela atividade de extração do látex, que produzia nos trabalhadores a ideia de riqueza associada ao pouco trabalho¹³. Esta posição foi em parte compartilhada, algumas décadas depois, por Artur César Ferreira Reis, para quem a comercialização da borracha teria canalizado para a coleta grande parte dos braços disponíveis para o cultivo¹⁴. De acordo com este autor, a ausência de agricultores na região provocou a necessidade de importação de alimentos, inclusive para o próprio seringueiro, isto por que as condições de trabalho nos seringais não permitiam o desvio das tarefas de extração do látex para outra atividade e o próprio seringueiro não se sentia atraído por um trabalho que não compensava tanto quanto a extração da borracha.

¹¹ *Relatório* do conselheiro Joaquim Raymundo de Lamare em 6 de agosto de 1868, p. 25-26.

¹² QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. 249 f. 2005. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005 p. 39-40.

¹³ BARATA, Manuel. *A antiga produção e exportação do Pará. Estudos Históricos e econômicos*. Belém: Typografia da Livraria Gillet, 1915.

¹⁴ REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953, p. 106-108.

Do ponto de vista oposto, Antonio Rocha Penteado argumentou que, diferente do que se havia analisado (fazendo referência mais diretamente aos estudos de Ferreira Reis), a relação entre agricultura e extrativismo não seria da superação da segunda em detrimento da primeira, mas que a borracha havia proporcionado, não apenas o incremento da produção agrícola, como também a instalação de colônias de imigrantes e construção de estradas de ferro, a exemplo da que ligava Belém a cidade de Bragança, localizada ao Nordeste da província do Pará e que teve início de sua construção na segunda metade do século XIX.¹⁵ Compartilhando em parte com essas reflexões, o estudo mais recente de Luciana Marinho Batista sugere, no entanto, que mesmo levando em consideração as rendas obtidas com a borracha, outras fontes de recursos deviam também ser observadas, a exemplo da produção de cacau, arroz, açúcar, algodão e mandioca¹⁶.

Sobre esta última percepção, que apontou a importância dos produtos agrícolas para economia da província, diríamos que para além dos registros sobre comércio e exportação, a agricultura se constituía, na fala das autoridades do Pará, como fonte mais segura de riqueza, ou como dizia uma das autoridades provinciais, era a demonstração da “condição de trabalho mais elevada, pois condicionava os homens à vida segura com trabalho e prosperidade”. Estas considerações, de fato, explicavam a preocupação dos administradores com a situação da agricultura local, mesmo quando a economia da borracha apresentava sinais de crescimento. Como dizia Jonas Queiroz, depositavam-se na agricultura todas as esperanças de prosperidade no futuro, pois se constituía como atividade que produziria riqueza que não estava limitada a cidade de Belém nem as áreas portuárias ou pequenos trechos das margens dos rios, mas, numa perspectiva ufanista dos gestores locais, promoveria o desenvolvimento em todas as áreas da província¹⁷.

De acordo com Ernesto Cruz, o setor agrário assumiu posição de predominância na economia amazônica durante o período que se seguiu imediatamente à independência, o que em parte explicaria a preocupação das autoridades locais, pois, além dos capitais investidos no setor, este devia se tornar, até a segunda metade do século XIX, na principal fonte de renda da província. Nesta época, “todo o pequeno capital disponível na região foi voltado cada vez mais para as culturas de açúcar, arroz e algodão e outros empreendimentos

¹⁵ PENTEADO, Antonio Rocha. *Problema de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: UFPA, 1967, p. 106.

¹⁶ BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará c.1850-c.1870*. 283 f. 2005. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

¹⁷ QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. 249 f. 2005. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

rurais”, os quais estariam localizados em sua maioria nas terras as proximidades de Belém.¹⁸ Produtos estes, segundo José Maia Bezerra Neto, estavam presentes em maior e menor grau de importância na economia amazônica desde os anos finais do século XVIII e início do XIX¹⁹, como veremos nas anotações posteriores.

Os gêneros agrícolas e seus locais de produção

Dos gêneros agrícolas de importância para economia amazônica, o cacau, apesar de ter a sua produção incentivada desde fins do século XVII, por parte da coroa portuguesa, somente teria atingido proporções significativas na economia local, na década de 1810. De acordo com Dauril Alden, em estudo sobre a produção deste gênero na Amazônia, esta situação era provocada, em parte, pelo declínio das exportações venezuelanas, país considerado na época, principal fornecedor do produto aos mercados europeus²⁰.

Embora fosse apontado como gênero silvestre, por ser encontrado em boa parte das matas da Amazônia, era também objeto de cultivo em alguns lugares do interior, o que fazia deste produto não apenas resultado da atividade extrativista. O levantamento do volume de exportação do cacau, de fato evidencia a importância do produto para economia local. No decurso de 1780 e 1789 a produção atingiu cerca de 619.239 arrobas, sendo que no período de 1790 e 1800 o aumento produtivo permitiu atingir um volume de 810.338. Nos anos seguintes, registra-se queda na produção, quando entre os anos 1847 a 1852 o cacau exportado teve o volume de 131.615 arrobas. Novo crescimento é registrado, assegurando 925.136 arrobas nos anos entre 1852 a 1857, pequena redução na exportação para 707.294 arrobas no quinquênio seguinte e crescimento entre os anos de 1862 e 1867, exportando um volume de 1.108.117 arrobas, o maior de todo o período registrado²¹.

Em 1861 não se encontrava nas margens do Amazonas grandes quantidades de cacauzeiros silvestres, embora a exportação excedesse as proporções de outrora. Esta observação podia ser explicada pelo aumento de plantações regulares deste produto em algumas propriedades do interior da província. No caso do cacau cultivado, este era encontrado em maior escala nas margens do Tocantins, em todo o distrito de Cametá, e nas margens do Amazonas, desde Gurupá até a vila de Breves. Nas terras de Cametá, por

¹⁸ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1963, p. 137.

¹⁹ BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 64.

²⁰ ALDEN, Dauril. *O Significado da Produção de Cacau na Amazônia no Fim do Período Colonial: Um ensaio de História Econômica comparada*. Belém: UFPA-NAEA, 1974, p. 22.

²¹ *Relatório* do conselheiro Joaquim Raymundo de Lamare em 6 de agosto de 1868, p. 19.

exemplo, a exploração deste produto tornava-se uma importante atividade econômica, ainda que, segundo Maria de Nazaré Ângelo Menezes, ao estudar os sistemas agrários amazônicos, o cacau não houvesse se instituído enquanto monocultura.²² Na região do Baixo Amazonas, entre a segunda metade do século XVII e primeiras duas décadas do século XIX, o cultivo, e particularmente a coleta do cacau, constituía a principal atividade econômica, ainda que não fosse à única. Segundo dados levantados por Eurípedes Funes eram identificados nas regiões de Santarém, Alenquer e Óbidos 66 propriedades de cacauais²³.

Nessas propriedades, no entanto, o cultivo do cacau é ainda identificado como primitivo plantio, pois não havia plantações regulares, dependendo das “forças da natureza” para distribuir essas plantas ao longo das áreas de florestas. Este modo de cultivo não provocava a derrubada da mata, sendo os cacauzeiros plantados no meio das árvores, quase ao acaso, situação que era condenada pela administração provincial. De acordo com o secretário da província do Pará em 1864, Ferreira Penna, “não bastava esperar da natureza as riquezas que ela dispõe aos homens, seria necessário criar as condições para o seu pleno desenvolvimento”. Defendia que os fazendeiros da região preparassem os terrenos para as mudas e substituíssem as antigas sementes, comuns nestas áreas, por sementes da Venezuela e Guatemala, entendidas como superiores a então cultivadas no vale do Tocantins. A superioridade destas novas plantas se devia “a quantidade de frutos obtida anualmente, a dimensão de suas copas e o verde de suas folhas”²⁴.

Comparando as plantações de cacau nas províncias do Norte do Brasil, Tavares Bastos, escrevendo na década de 1860, observava que no Pará este produto não era meramente espontâneo, como se observava na província do Amazonas, sendo seu cultivo presente nas margens dos rios, o que chamava de “bosques de cacau”, numa referência as extensas plantações deste produto como destoante da paisagem natural da região²⁵.

A cultura do cacau era ainda apontada como de mais fácil plantio que a cana e o café, o que, nesse aspecto, podia despertar maiores interesses dos cultivadores. Três anos depois do plantio das árvores registrava-se o primeiro fruto, continuando a produzir regularmente até cinco ou seis décadas, sendo somente necessária a limpeza do terreno por duas ou três vezes,

²² ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins-Pará-Brasil (1669-1800). Rupturas e estabilidades*. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1994.

²³ FUNES, Eurípedes. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*”. *História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. 249 f. 1995. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

²⁴ PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapú. Relatório do Secretário da Província do Pará*. Belém: Typ. de Frederico Rhossard, 1864, p. 47.

²⁵ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões disciais do Vale do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 103.

em cada ano. Durante esse período, a colheita podia ser realizada duas vezes, a de dezembro a janeiro e a de maio a julho, sendo esta última, de maior abundância²⁶.

Em 1874, o presidente Pedro Vicente de Azevedo, um crítico as técnicas de cultivo até então desenvolvidas na província, afirmava que o cacau era o produto mais importante da indústria agrícola, embora lamentasse que, em geral, os cacauais estivessem se perdendo invadidos pelo mato, contentando-se quase todos os antigos cultivadores “em conservar as velhas plantações que os seus antepassados lhe legaram”. Destacava que era raríssimo observar novos cultivos, sobretudo nos distritos às margens do Amazonas, evidenciando uma necessária transformação na forma como as lavouras de cacau eram tratadas²⁷.

Para além do cacau, outros gêneros agrícolas eram observados em destaque na economia do Grão-Pará, como o arroz, a cana e algodão. Quanto ao arroz, os dados apresentados pelo governo provincial apontavam este cultivo com produção oscilante na década de 1850 e início da década de 1860, no entanto com cifras significativas para o comércio. Conforme registro, este produto alimentava o mercado local e fornecia pequenas quantidades ao comércio de exportação. No período de 1847 a 1852, a exportação foi de 18.939 arrobas. Entre 1852 e 1857, registrou-se um aumento para 193.259 arrobas. No período entre 1857 a 1862 houve uma ligeira diminuição, quando se registrou 158.663 arrobas, sendo que a produção mais que duplicou em comparação a este último quinquênio, atingindo um volume em arrobas de 411.852²⁸.

Produzido nos municípios de Belém, onde havia três engenhos de socar e pilar, o arroz tinha ainda nos municípios de Curuçá, Cametá, Bragança, Monsarás, Muaná, Melgaço, Portel e Oeiras como locais de cultivo. Parte significativa dessa produção era consumida no próprio município. Quanto ao arroz exportado, boa parte era comercializada com Portugal, ainda com casca, o que se justificava pelos poucos engenhos existentes na província, concentrados apenas nas proximidades da capital do Pará. Embora o arroz pudesse ser cultivado nas várzeas e margens de rios e igarapés, características de boa parte das terras da Amazônia, eram nas imediações de Belém e no rio Acará que se identificavam grandes extensões de áreas de cultivo, produzindo um arroz de melhor qualidade²⁹.

O algodão, considerado importante nas relações comerciais do Pará, era cultivado no município da capital, Ourém, Vizeu, Monsarás, Muaná e Oeiras. Apresentava entre os anos de

²⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes*. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1886, p. 44-47.

²⁷ *Relatório* do presidente do Pará Pedro Vicente de Azevedo em 15 de fevereiro de 1874, p. 64.

²⁸ *Relatório* do conselheiro Joaquim Raymundo de Lamare em 6 de agosto de 1868, p. 16-17.

²⁹ *Relatório* do presidente Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de setembro de 1862, p. 37-38.

1852 e 1862 uma diminuição na sua capacidade produtiva de 3.933 para 2.801 arrobas. Esta situação era percebida como resultado do abandono do cultivo deste produto por outros comercialmente mais favoráveis.³⁰ No entanto, se entendia que nos anos seguintes, o cultivo do algodão teria um aumento considerável, o que se devia a escassez do produto no comércio internacional, provocado pelas revoltas dos últimos anos nos Estados Unidos. No caso, a Guerra de Secessão americana, 1860-1865, que provocou um processo de estagnação na economia algodoeira dos Estados Unidos, aumentando a demanda deste produto no comércio internacional.

Por conta desta crise na produção americana, emissários ingleses teriam sido enviados a Índia e outros invocaram o auxílio da África para suprir a necessidade de algodão no mercado inglês. Ações que, segundo o presidente Araújo Brusque, não foi o bastante, pois o clima desfavorável da África e a índole do povo indiano não atenuaram os embaraços que experimentavam as fábricas de Liverpool e Manchester, e de outros lugares da Inglaterra que necessitavam do algodão para abastecer as indústrias manufatureiras³¹. Diante desta situação era de comum acordo que o Pará restabelecesse a cultura do algodão em suas terras, pois, conforme apontavam, os terrenos desta região eram “férteis, frescos e incultos, e não exigiam grandes esforços de seus cultivadores”. Requeriam menos trabalho do que a atividade extrativa, o que faria, na perspectiva dos governos provinciais, com que trabalhadores deixassem a prática extrativista pelo cultivo do algodão. Chegava-se inclusive a dizer que este gênero de lavoura requeria apenas alguns cuidados, podendo ser aproveitado, o que se chamava de braços fracos, ou seja, o serviço de mulheres e crianças no plantio e na colheita. Por outro, no Pará esta cultura não estaria sujeita aos estragos provocados pelas geadas e a necessidade de reforma anual de sua plantação por conta das intempéries do clima, como sucedia nos Estados Unidos³².

O plantio da cana neste período também não apresentava dados animadores sobre sua produção, justificando críticas e propostas de alteração na forma como era cultivada. No período entre 1852 e 1853, 1853 e 1854, 1854 e 1855 registrava-se uma produção de 12.233, 6.113 e 9.895 arrobas respectivamente, o que demonstrava uma significativa diminuição na força produtiva³³. Cultivada nos municípios de Belém, Vigia, Cintra, Muaná e Macapá, boa parte da sua produção estava destinada à fabricação de aguardente. Esta tendência ficava

³⁰ *Relatório* do conselheiro Joaquim Raymundo de Lamare em 6 de agosto de 1868, p. 16-17.

³¹ *Relatório* do presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862, p. 35.

³² *Ibid.*

³³ *Id.*, p. 39.

evidente quando se observava os dados oficiais sobre os engenhos de açúcar e cachaça existentes na província.

Conforme informações, no município da capital do Pará estavam registrados cerca de 7 engenhos de fazer açúcar, sendo dois movidos a vapor e 5 movidos por água; 30 engenhos de fazer aguardente, sendo 5 movidos por vapor, 15 por água e 10 por animais e 9 engenhos de fazer açúcar e aguardente, sendo 4 movidos a vapor e 5 por água. Em Vigia identificava-se 4 engenhos de fazer aguardente e 1 de fazer açúcar. Em Cintra existiam 3 engenhos de fazer aguardente, dos quais 2 eram movidos por animais e 1 por braços escravos, não se registrando a presença de engenhos para fabricação de açúcar. Em Muaná o número de engenhos de fazer aguardente chegava a 20, sendo 3 movidos por água e 17 por animais, o que dava ao município, em 1861, a posição de segundo maior produtor com 1.296 frascas de aguardente, perdendo apenas para a capital com produção de 23.988 frascas. Em Macapá a produção e o plantio da cana se destinavam a fabricação do açúcar, tendo a região cerca de 8 engenhos de fazer açúcar movidos por animais³⁴.

De acordo com os estudos de José Maia Bezerra Neto, o plantio da cana no Pará remetia ao século XVII, quando na bacia do rio Moju haviam sido levantadas lavouras deste produto, como o caso do engenho Jaguarari³⁵. Nesta região, Ernesto Cruz identifica alguns outros engenhos como o de Itaboca, de propriedade de Domingos Monteiro de Noronha, cavaleiro fidalgo da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício no Grão-Pará, assim como o engenho Juquiri-Assu, de Bento Alves da Silva, tesoureiro do Erário Real, e o engenho real de Ibirajuba, responsáveis por grande parte da produção de açúcar e aguardente na província. Este mesmo autor observa no rio Tocantins alguns outros engenhos, tais como o denominado Curussambaba, localizado na margem direita deste rio, e pertencente a Manoel Pestana de Mendonça, capitão-mor de Santa Cruz de Cameté. Nesta região existia ainda o engenho Vista Alegre, o engenho Carmelo do Carapajó, de propriedade de João de Maria Bittencourt, produtor de açúcar e aguardente, mas também se desenvolvia o cultivo de cacau, reunindo em torno de 300.000 pés, além de roças de arroz e outros cultivos³⁶.

Quanto ao plantio da mandioca, nos registros do governo provincial, este produto aparece tendo seu cultivo disseminado em quase todas as propriedades, assim como a sua fabricação também difundida entre a população da província, embora não existissem

³⁴ Id., p. 57.

³⁵ BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 72.

³⁶ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1963, p. 107-112.

engenhos regulares e aperfeiçoados para sua fabricação³⁷. Durante o período de 1847 a 1852, a exportação de farinha foi de 4.183 alqueires, chegando a um pequeno aumento no quinquênio seguinte, com o volume de 4.822. Após o decréscimo entre 1857 e 1862, onde foram registrados 3.157 alqueires, a exportação cresceu mais de 100%, em relação a esse ultimo intervalo de ano, com 6.500 alqueires de 1862 a 1867³⁸. Este produto era preparado em pequena escala nas imediações de Belém, e em maiores proporções nos municípios de Cameté e Bragança. Neste ultimo município, a produção chegava a mais de 1.223 alqueires de farinha no ano de 1861. Da produção destinada à exportação, esta era comercializada com a França e Portugal³⁹.

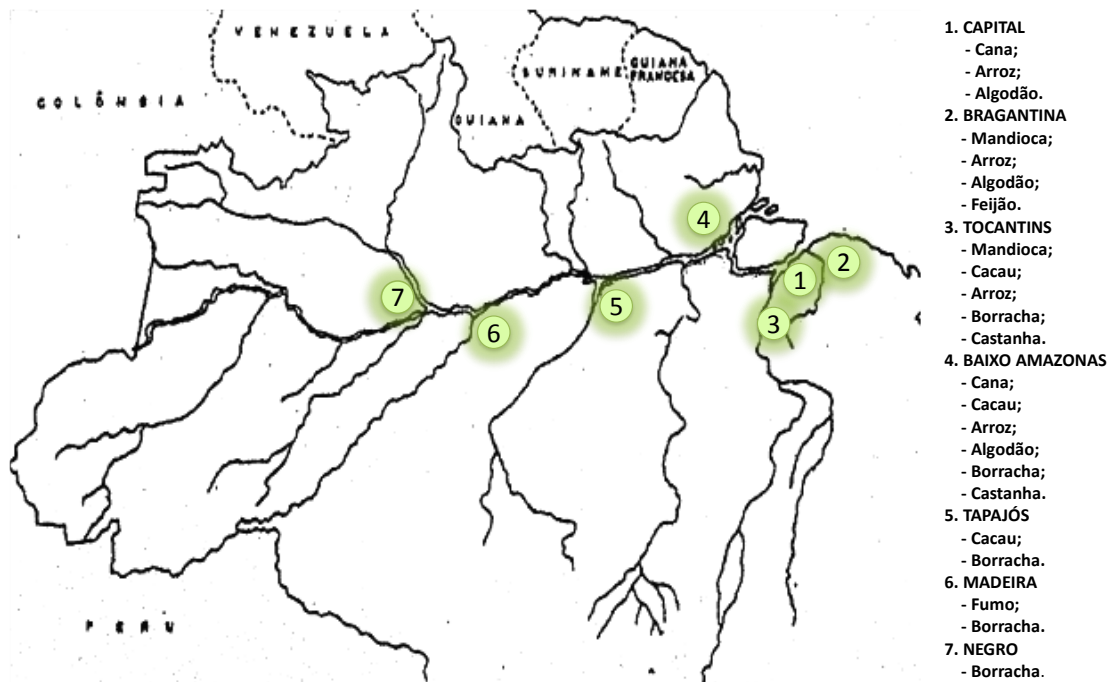
Café, feijão, fumo e milho, embora circulassem como produtos comercializáveis, pois eram apontados, nos registros oficiais, como culturas apropriadas às terras do Pará e demanda crescente no mercado internacional, tinham a sua produção bastante restrita. O café cultivado em pequena escala era ainda identificado como produto potencialmente aproveitável em toda a província. Em 1861, sua produção não chegava a atender o consumo local, o que tornava necessário a importação de mais de 20.000 arrobas das províncias do Ceará e da Bahia. O feijão, embora cultivado em boa parte da província, destacavam as plantações do município de Bragança, sendo que sua produção, desenvolvidas em pequenas lavouras, apenas atendia ao consumo interno. O fumo era cultivado em todo o vale do Amazonas, mas em maior escala em Irituia, Ourém e São Miguel do Guamá. Toda essa produção reunida a que procedia de Borba, nas margens do rio Madeira, atingia uma média de 15.000 arrobas anualmente. Esta quantidade era consumida na própria província. O milho, que segundo registros podia ser produzido em quase todas as regiões do Pará, não tinha um cultivo capaz de satisfazer as necessidades de consumo. Algumas amostras de plantio deste produto eram avistadas em pequenas lavouras nas margens do rio Tocantins⁴⁰. O mapa a seguir ajuda visualizar os locais de produção dos diversos gêneros agrícola cultivado na Amazônia.

³⁷ *Relatório* do presidente Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de setembro de 1862, p. 60.

³⁸ *Relatório* do conselheiro Joaquim Raymundo de Lamare em 6 de agosto de 1868, p. 16-17.

³⁹ *Relatório* do presidente Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de setembro de 1862, p. 60.

⁴⁰ *Id.*, p. 54.

REGIÕES PRODUTORAS E TIPOS DE CULTIVO NA AMAZÔNIA (1850-1860)⁴¹**O que foi “dito” e interpretado**

Embora se observasse uma diversificada produção agrícola, do ponto de vista da administração provincial se insistia na necessidade de se desenvolver a atividade agrícola. De acordo com Ferreira Penna, os valores que eram resultantes do cultivo ainda se constituíam como “parcos”, sendo explicados pela índole das populações na Amazônia e o caráter sedutor do extrativismo. Entendia que os colonos no Pará, quase sempre, teriam o desejo de colher sem o exercício de plantar, pois evitavam as tarefas agrícolas pela extração, ou seja,

⁴¹ Informações obtidas dos relatórios, fallas, discursos e exposições dos presidentes de províncias do Pará das décadas de 1850 a 1860, destacando o relatório de Francisco de Araújo Brusque, no qual, em capítulo específico, destaca a produção agrícola da província e a áreas produtoras (PARÁ. *Relatório* do presidente da província Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de setembro de 1862, p. 34-66). Mapa inicialmente apresentado em: NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. 422 f. 2011. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

aproveitava somente dos recursos naturais disponibilizado nas áreas de floresta, uma vez que este trabalho seria menos dispendioso⁴².

As críticas ao extrativismo tornaram-se mais constantes a partir do final da década de 1860 e os anos posteriores, quando se observa uma diminuição na produção de alimento, acompanhada de aumento no extrativismo. Costumeiramente qualificada como precária, esta situação teria se agravado em 1872, quando o barão da Villa da Barra, ao analisar as condições econômicas da província não deixava de citar que a precariedade das finanças públicas não teria permitido a realização do melhoramento nos serviços de administração e no pagamento de despesas úteis ao funcionamento das ações públicas⁴³. Considerações semelhantes eram observadas na fala do barão de Santarém, que lamentava o decréscimo nas arrecadações entre 1871 e 1873, o que se atribuía a diminuição dos preços dos produtos de exportações, principalmente a borracha⁴⁴. Alguns meses depois, Domingos José da Cunha Junior afirmava que o principal esforço da administração pública era melhorar a lamentável situação financeira, o que devia se efetivar no controle de gastos, na fiscalização da arrecadação das rendas provinciais e no fomento as atividades agrícolas, a que considerava como atividade econômica mais consistente, segura e duradoura⁴⁵.

Este momento de crise na produção é aproveitado pelos administradores para exercer permanente defesa da agricultura como necessária para estabilizar a economia local. Como destacava o presidente Domingo José da Cunha Júnior, a prosperidade econômica da região devia está associada a um permanente aumento do comércio, em que a aquisição de mercadoria fosse superada pela venda de produtos resultantes do que se considerava enquanto atividade promissora, inesgotável e consistente⁴⁶. Assim, não era suficiente o aumento das rendas públicas no Pará para se identificar uma prosperidade econômica, era necessário atentar para os tipos de produto e sua origem, pois, os resultados positivos com a comercialização de gêneros advindo do extrativismo carregavam certa instabilidade.

Imbuído desta idéia, o presidente Abel Graça, destacava que o bom administrador não deveria se deixar seduzir pelos aparentes resultados que os números da economia pudessem registrar. Destacava que: “embora se leia nos jornais o constante aumento das rendas públicas, principalmente a da alfândega, é necessário não se deslumbrar pelo brilho desse progresso”. Afirmava ainda: “sondemos o seu fundo, examinemos se é capaz de permanência e se enraíza

⁴² PARÁ. *Relatório* dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, p. 66-67.

⁴³ PARÁ. *Relatório* do presidente Abel Graça em 15 de agosto de 1871, p. 36.

⁴⁴ PARÁ. *Relatório* do barão de Santarém em 18 de abril de 1873, p. 22-23.

⁴⁵ PARÁ. *Relatório* do doutor Domingos José da Cunha Junior em 31 de dezembro de 1873, p. 47-48.

⁴⁶ Id., p. 47-48.

no terreno da província”, isto é, “na produção efetiva do trabalho e da terra”. Continuando suas reflexões destacava: “quando se lêem estas memoráveis palavras, tão cheias de verdade, e se repara no estado da agricultura nesta província, sente-se um pesar tanto mais profundo quanto não é fácil atinar com os meios de reconduzir a população atual ao campo da lavoura”⁴⁷.

Para o presidente Abel Graça, mesmo em momento em que se observe um aumento das rendas públicas, o que poderia se materializar no melhoramento da capital, com a construção de obras públicas, prédios particulares e implantação de lojas e indústrias, era necessário distinguir o “progresso fictício” e o que se constituía enquanto “progresso real”.⁴⁸ Apontava a necessidade de reconhecer qual o progresso era consequência da extração de produtos das florestas da região, pois, este era apenas passageiro e instável. As experiências do uso da agricultura nas propriedades do interior do Pará teriam mostrado que o cultivo se constituía como uma base mais sólida para o desenvolvimento econômico da província, e por isso devia ser objeto de atenção dos administradores.

Outra questão a se observar é se o aumento da produção agrícola não repercutia o desenvolvimento econômico de outras regiões que se utilizavam dos portos do Pará. Localizado na foz do Amazonas, o porto de Belém era considerado como “imenso aqueduto de onde descem os produtos e cabedais das vertentes orientais dos Andes, assim como de toda a província do Amazonas e de parte de Goiás e Mato Grosso”⁴⁹. Diante desta questão, o registro de aumento das rendas públicas podia não refletir, portanto, o desenvolvimento da economia do Pará, mas de outras regiões que se utilizavam do porto de Belém, naquele momento o único empório do comércio e único porto do vale do Amazonas para os navios da Europa e da América.

O presidente do Pará Abel Graça afirmava naquele momento que a prosperidade da capital do Pará não correspondia diretamente ao progresso da província, pelo contrário, denunciava um verdadeiro contraste, e para conhecê-lo era necessário apenas sair da capital, penetrar no interior e examinar as condições econômicas das povoações. Advertia que, “em toda parte, com efeito, em vez de cidades e vilas, que outrora floresciam, não se encontrava senão a decadência, casas abandonadas, algumas desmoronadas, raras em reparo e mais raras ainda em construção”. Este contraste seria resultado da mudança operada nos costumes industriais dos habitantes do interior. Destacava que estas populações pareciam, em geral,

⁴⁷ PARÁ. *Relatório* do presidente Abel Graça em 15 de agosto de 1871, p. 48.

⁴⁸ Id., p. 48.

⁴⁹ Ibid.

esquecidas do que foi a agricultura, que havia assegurado a prosperidade de seus antepassados. Lamentava que, “em vez de cuidarem da lavoura, que daria vida, energia e influência as populações, obrigando a capital a remeter avultadas somas de dinheiro em troca dos gêneros cultivados, os habitantes desprezaram estes recursos”. Concluía dizendo que “não haveria dúvidas que a borracha, enquanto conservasse o preço excepcional a que teria chegado, enquanto assegurassem aos habitantes vestimentas e alimentação, seria objeto de constante atração dos trabalhadores no Pará”⁵⁰.

Considerações finais

As considerações de Abel Braga, assim como de boa parte dos agentes públicos que atuaram no Pará e Amazonas nas décadas de 1840-80, apontavam para um futuro não promissor, caso não houvesse uma intervenção mais objetiva dos administradores na região, principalmente quanto a criação de medidas que promovessem o desenvolvimento da agricultura. Sendo assim, os negócios da agricultura no Pará direcionavam, portanto, para a defesa desta atividade contra a condição instável do extrativismo ou da agricultura rudimentar, a que estaria submetida à economia da região.

O levantamento das áreas de cultivo, o resultado obtido com os plantios e a demanda por alimentos, ao mesmo tempo em que permitia identificar as principais áreas produtoras da região mostrando um desequilíbrio entre produção, consumo e exportação, unificava os discursos das autoridades desde as observações do conselheiro Jerônimo Coelho na década de 1830 a Abel Graça nos anos de 1870. Colocava as ações do governo como necessárias na superação da prática extrativa e no posicionamento da agricultura como principal atividade econômica da Amazônia. Esta situação posicionava, mesmo se considerássemos apenas uma questão de retórica, o governo provincial como principal articulador e fomentador de medidas em defesa da agricultura. De fato, ao longo das décadas de 1870-1880 várias ações vão ser implantadas pela administração provincial para desenvolver a atividade agrícola, como a criação de núcleos coloniais, banco de auxílio a lavoura, importação de implementos e sementes.

Outra questão a se observar é a relação entre quantidade e forma de produção. No caso, não se tratava apenas de um registro de que a prosperidade da região estava associada à soma ou volume das exportações, mas principalmente da forma como se obtinha essa

⁵⁰ Id., p. 48-49.

produção. Isto, se por um momento exigia dos grandes proprietários a implantação de novas técnicas produtivas em suas terras e plantações, eximia a administração provincial de suas responsabilidades mais diretas como a produção e responsabilizava os pequenos proprietários pela destruição de florestas e pela infertilização do solo, os quais seriam provocados pela pratica rudimentar de cultivo, uma herança dos povos indigenas.

As técnicas produtivas predominantes no Pará aparecem, portanto, como tema de debate e preocupação das autoridades, visto que se buscava construir programas e projetos que pudessem superar o extrativismo e a agricultura rotineira. Esta ultima caracterizada como trabalho nativo, espontâneo e afirmado nas práticas de derrubada e queima da floresta. Embora a critica a extração e agricultura mais tradicional se efetivasse, esta aparecia também como sintoma da capacidade de aumento das rendas obtidas com a exportação, por se tratar de uma prática de cultivo considerada rudimentar, que podia ser superada por um modelo de produção moderno, capaz de aumentar a produção e melhorar a qualidade do que era produzido.

A interpretação que se tinha era que as formas de se produzir não criavam as condições necessárias para o pleno aproveitamento do solo. Essa situação que combinava maior exploração dos recursos e a aceitação do que era produzido, posicionavam o Pará em destaque nas relações comerciais estabelecidas pelo governo brasileiro, visto que apontava a Amazônia como uma região potencialmente desenvolvível do ponto de vista do volume da produção e dos gêneros cultivados. No entanto há de se ressaltar que essa questão passava, necessariamente, pelo aumento das áreas de cultivo e superação das antigas práticas agrícolas, pois, como dizia o presidente Araújo Brusque, a agricultura não desenvolve o seu poder produtivo “senão nas proporções da alça venal de suas criações”, “nas medidas e esforços do governo”, e no “combate ao rudimentar trato com a terra”⁵¹.

A combinação “medidas e esforços do governo” e “combate ao rudimentar trato com a terra” acompanharam os discursos dos agentes publicos ao longo do governo imperial na Amazônia, o que levou a negar as experiências de cultivos das populações locais: índios e colonos. Isto se evidencia quando observamos os programs de colonização agrícolas para a região nas décadas de 1870-1880, como os núcleos coloniais, que apostavam na imigração de colonos estrangeiros, como estratégia de superação das práticas tradicionais de cultivo, ou ainda a importação de implementos aratórios para substituição da enxada e terçado.

⁵¹ PARÁ. *Relatório* de Francisco Carlos de Araújo Brusque em 17 de agosto de 1861, p. 10.